

PAULO AFONSO VIEIRA



SANTA CATARINA

Conquistas

- Adoção do programa de qualidade no serviço público permitiu uma redução de 15% dos gastos com a máquina administrativa
- Economia de 30% nos custos de materiais e medicamentos comprados para a área de Saúde

Desafio

- Adequar a folha de pagamento ao limite de 65% da receita líquida

Fonte: governo de Santa Catarina

PAULO SOUTO



BAHIA

Conquistas

- Extinção de seis secretarias, 13 autarquias, empresas estaduais e fundações e eliminação de 1,5 mil chefias intermediárias
- Programa de estímulo à demissão voluntária teve adesão de 6 mil servidores na primeira fase
- Aumento da arrecadação tributária em 10% no primeiro semestre deste ano

Desafio

- Melhorar remuneração do magistério

Fonte: governo da Bahia

MAGUITO VILELA



GOIÁS

Conquistas

- Redução da despesa com funcionalismo de 82% para 70% da receita estadual
- Redução do número de servidores de 153 mil para 147 mil
- Retomada de mais de 200 obras paradas

Desafio

- Receber do governo federal cerca de R\$ 350 milhões
- Pavimentar mais de 2 mil quilômetros de estradas

Fonte: governo de Goiás

DANTE DE OLIVEIRA



MATO GROSSO

Conquistas

- Redução da folha de pagamento de R\$ 48,5 milhões para R\$ 38,5 milhões
- Redução do funcionalismo de 56.915 para 47.272
- Redução em 16% do custeio da máquina administrativa
- Redução do déficit do Estado de R\$ 238 milhões para R\$ 130 milhões

Desafio

- Conseguir diminuir o custo da dívida com o governo federal, que representa 46,2% da receita

Fonte: governo de Mato Grosso

TASSO JEREISSATI



CEARÁ

Conquistas

- Ausência de dívidas mobiliárias em títulos
- A folha de pagamento do funcionalismo está sendo paga em dia, sem atrasos
- O Estado não tem usado operações de antecipação de receita orçamentária para equilibrar suas finanças

Desafio

- Os altos salários e as dívidas judiciais

Fonte: governo do Ceará

ROSEANA SARNEY



MARANHÃO

Conquistas

- Economia de R\$ 15,9 milhões com a extinção de 30% dos cargos comissionados
- Economia de R\$ 4,8 milhões com fim da venda de férias e indenização de licença-prêmio
- Economia de R\$ 3 milhões com venda de quatro aeronaves
- Economia R\$ 1 milhão com o programa de desestatização e parcerias
- Redução de R\$ 19,2 milhões com o programa de demissão voluntária

Desafio

- Levantar investimentos para aplicar em infraestrutura

Fonte: governo do Maranhão

Bird deve liberar até US\$ 6 bilhões em 3 anos

Do total do crédito previsto para o País, 50% a 60% devem ir para programas de ajuste estaduais

KÁSSIA CALDEIRA

O diretor do Departamento de Operações de Brasil e Cone Sul do Banco Mundial (Bird), Gobind Nankani, disse ao **Estado** que nos próximos três anos o programa de crédito para o País ficará entre US\$ 4 bilhões e US\$ 6 bilhões. Do total, 50% a 60% poderão ir para os Estados. "No nosso programa para os próximos dois anos, dispomos de US\$ 1 bilhão para empréstimos para reforma dos Estados." Os outros US\$ 2,6 bilhões seriam distribuídos no último ano entre os que se adequarem aos critérios do Bird.

Segundo Nankani, a decisão de financiar a reforma dos Estados se ba-

seia na "demonstração firme de compromisso com a adoção de medidas importantes", como privatização, reformas administrativas, racionalização dos gastos e programas fiscais-financeiros para recuperar a capacidade de obter crédito. O Bird já trabalha "ativamente" com os governos de Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio, Rio Grande do Sul e Sergipe.

"Os que se saírem bem no processo de reforma deverão receber fundos adicionais", contou Nankani. Ele ressaltou que o Bird mantém outros tipos de operações com Estados em melhores condições financeiras, como Bahia, Ceará e Paraná. O Paraná já recebeu recursos e o Bird planeja emprestar entre US\$ 100 milhões e US\$ 175 milhões para Bahia e Ceará nos próximos 18 meses.

Apoio — Com ou sem empréstimos do Bird, a maioria dos governadores está fazendo programas de ajuste e,

para eles, o que falta é apoio da União. Seu sentimento é traduzido por Tasso Jereissati (PSDB), que dirige o Ceará pela segunda vez: "Não dá para terminar o governo só fazendo esforço." E emenda: "O governo federal precisa definir um programa para os Estados e sem punir os que já se ajustaram."

Governador de um Estado "saudável", que iniciou em 1987 a reforma administrativa, Tasso acredita que "os Estados, com exceção de três ou quatro em situação grave, evoluíram bastante". "O problema maior hoje está na União."

Paulo Afonso Vieira (PMDB), de Santa Catarina, concor-

da. "Até agora só apresentaram soluções precárias, que em alguns casos até pioram a situação dos Estados, como quando propuseram empréstimos da Caixa Econômica Federal na forma de antecipação de receita", reclama. "O governo federal ensaia, anuncia, faz onda, mas não dá aos Estados condições."

Outra queixosa é Roseana Sarney (PFL), do Maranhão, apesar de estar com as finanças em ordem. Para ela, o esforço dos governadores precisa ter respaldo. "Eles não fizeram a parte deles e nós, governadores, precisamos dela, porque o Bird é lento e um projeto pode levar 24 meses

para ser aprovado, quando daqui a pouco já acabou o governo."

Numa situação mais confortável, Paulo Souto (PFL) tem consolidado a posição de seu Estado como referência nacional. Na Bahia saneada e sem dívidas, o desafio é a modernização do serviço público. "Reunimos quase todos os serviços públicos em um só local tirando o cidadão e contribuinte da repartição pública."

Pior — Um dos que conta com a ajuda do Banco Mundial, Dante de Oliveira (PDT), de Mato Grosso, tem se virado para fazer o ajuste. "Enquanto o Bird aposta na reforma, o governo federal amarra os governadores em muitos momentos." Para ele, a União precisa entender que quanto mais demora a solução "pior fica a situação dos Estados e também a dela". Dante diz que precisou pedir moratória por três meses para a dívida estadual, pois é impossível

pagá-la. "Mato Grosso sobrevive desde março só com a receita de ICMS."

"Estamos cumprindo com o dever de sanear o Estado, mas não vejo o governo federal nos ajudar", concorda o colega de Goiás, Maguito Vilela (PMDB). Ele lembra que tem a receber de R\$ 350 milhões da União, que pagou na criação do Tocantins. E paga em dia uma dívida de R\$ 20 milhões por mês. "E não falam nada; nem em abater a dívida do crédito."

A Paraíba — a segunda maior dívida estadual — reduziu o gasto com pessoal para 60% da receita e melhorou a arrecadação em 67%. Mas o maior problema do governador João Maranhão (PMDB) é a dívida com a União. "Paguei R\$ 245 milhões e não abateu nada do principal", diz. "Por que o governo não faz um alongamento?" Para ele, a União ajuda, mas não na proporção do esforço dos Estados. "O governo é cordial, mas emperra no Ministério da Fazenda."



P RINCIPAL
QUEIXA:
UNIÃO AJUDA
MUITO POUCO